

## INFORMAÇÃO OU ALIENAÇÃO? A LÍNGUA PORTUGUESA E SUA RELAÇÃO COM A MÍDIA.

Glícia Kelline Santos Andrade (UFS)  
[gliciakelline@bol.com.br](mailto:gliciakelline@bol.com.br)

### INTRODUÇÃO

Há pouco mais de um ano foi gerada uma polêmica acerca do livro didático distribuído pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). A imprensa teve um papel importantíssimo na formação da opinião popular. Esse escândalo provocado pela mídia é fruto de sua profunda ignorância a respeito do que significa ensinar língua hoje no Brasil. O livro didático “Por uma vida melhor”, da coleção Viver, aprender, destinado à Educação de Jovens e Adultos, trabalha o uso da norma popular e da norma culta. A imprensa, sendo uma grande formadora de opinião pública, criticou a metodologia e a forma de apresentação da variedade linguística presente no Brasil e desvalorizou o seu uso, impondo à população uma opinião que leva à conclusão do “erro”. O comportamento leigo dessas empresas comunicativas nos leva a acreditar que elas são detentoras do conhecimento gramatical,

(...) parecem querer assumir o lugar de depositária das “belas letras” e do “bom português” que a literatura moderna e contemporânea foi abandonando aos poucos, graças às novas tendências estéticas de experimentação com a linguagem, de valorização e estilização das variedades linguísticas desprestigiadas, de veiculação de crenças e ideologias antielitistas, de concessão de voz literária às camadas marginalizadas da sociedade, de hibridização intensa dos gêneros literários tradicionais etc.”(BAGNO; 2011, p. 2).

Diante de tanta polêmica gerada em torno de um conteúdo sobre concordância, abordado no livro citado, como é o comportamento da imprensa após um ano de ter sido adotado? Como está a relação professor-aluno em contato com uma nova metodologia do ensino da língua portuguesa? Qual a opinião do MEC sobre ter adotado um livro que repercutiu tanto? Será que a imprensa detém o “poder” da utilização da norma culta? Diante do exposto, o presente trabalho objetiva-se: a) mostrar o verdadeiro papel da imprensa diante da sociedade, b) pesquisar a aceitação e a opinião dos professores e alunos que estão em contato direto com o livro, c) constatar as melhoras ou não para a educação com a adoção do livro. Tal abordagem promove um entrelaçamento entre o uso da língua, sua normatização e seu ensino.

Com base no funcionalismo linguístico, nos termos de BAGNO (2001, 2003, 2011), BECHARA (1999), BORTONI-RICARDO (2002, 2004), LUCCHESI (2011) MACIEL (1887), POSSENTI (2011), FREITAG (2003, 2010), entre outros, serão discutidas as razões motivadoras responsáveis por esse processo de polêmica e ataques sistemáticos à adoção do livro. Foi analisado e constatado que o impulsionador para tanto mal estar da mídia foi o emprego do verbo “Poder” no texto utilizado pelo livro. Essa conferência de *poder* aos falantes das variedades estigmatizadas é considerada uma grande ameaça, já que a norma culta também é um divisor social, porque a mesma imprensa que informa, aliena.

## 1. FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

A todo o momento estamos sendo bombardeados por uma série de informações jornalísticas que nos levam a repensar qual seria, de fato, o papel da imprensa moderna e, até que ponto, ela conserva seu princípio ético de divulgar temas de interesse público ou se, alternativamente, ela vem explorando assuntos interessantes para o público. O conceito de comunicação vem sofrendo mudanças ao longo dos tempos. Essas mudanças foram se transformando até chegarem a um conceito, portanto, mídia é:

Um conjunto de meios diferentes, cada vez mais refinados tecnologicamente. Mídia não é tão-somente o aparato tecnológico. Há que se compreender como associação de um suporte tecnológico, uma linguagem adequada e uma estratégia de ação precisa e clara. (SANTARENO, 2007).

O conceito de opinião pública sempre foi muito diversificado, não existindo consenso nas ciências sociais, tanto em relação ao conceito quanto a sua formação. O processo de formação da opinião pública pode ser explicado através do modelo cascata citado por Lima, 2005. Segundo essa proposta, a opinião pública se formaria a partir de pequenos grupos, situados no topo da pirâmide social e depois viria “descendo”, por degraus, até a base da pirâmide. No primeiro degrau desta “cascata”, estaria o pequeno grupo formado pelas elites econômicas e sociais, no segundo degrau estaria a elite política e, no terceiro, a mídia, seguida pelos chamados formadores de opinião – intelectuais, religiosos, educadores, artistas, líderes empresariais e sindicais, jornalistas – e, finalmente, no último degrau, a grande maioria que constitui a base da população. Às lideranças das elites sociais restam emitir suas opiniões, através dos meios de comunicação, para que as massas ignorantes as absorvam como suas novas verdades. Em qualquer situação de persuasão, seja ela a mídia ou outro indivíduo em uma relação pessoal, um sempre tentará persuadir o outro a adotar determinada posição.

Dessa forma, seria um grande risco que a elite política assumiria tomando como princípio de sua atuação o atendimento à opinião pública, sendo esta, através de instrumentos específicos, manipulável para atender determinados interesses que, provavelmente, não são os do bem comum. São inúmeros os cientistas políticos, juristas e filósofos que se têm dedicado a analisar o papel da imprensa e a propor mecanismos destinados a evitar que esta se coloque a serviço de grupos, contra os interesses da coletividade. Fala-se de censura na televisão, mas são os produtores de TV que detêm o poder de censurar tudo a sua vontade, sem que se possa fazer nada. Então, quem controla a imprensa? Em um país livre, a imprensa só poderia ser controlada e criticada pela própria imprensa, e é nesse paradoxo que residem os problemas. Em um de seus escritos, Pierre Bourdieu mostra como a televisão, paradoxalmente, é capaz de ocultar mostrando uma coisa diferente do que seria honesto mostrar ou então mostrando o que é preciso mostrar, porém com uma ênfase que distorce a realidade (BOURDIEU, 1997).

É importante estarmos atentos para que a sociedade humana, ligada e integrada pela comunicação, que se encontra em processo de elevação dos padrões de civilização,

criando meios para defender o interesse coletivo e individual, não seja um depósito formado por indivíduos que recebam, direta ou indiretamente, maciças doses de propaganda ou instruções que só interessam ao poder dominante.

### 1.1 SOBRE O LIVRO? QUAIS AS MANIFESTAÇÕES DA IMPRENSA.

A imprensa possui diversos poderes, entre eles estão o da proliferação de forma avassaladora de uma informação e do esquecimento bruto e instantâneo dessa mesma informação ou notícia a qual, provavelmente, foi gerada uma polêmica. Foi o que aconteceu com o caso do livro didático destinado à Educação de Jovens e Adultos (EJA), *Por uma Vida Melhor*. O problema surgiu porque o livro aborda que supostos “erros gramaticais” devem ser observados e respeitados para evitar preconceitos lingüísticos, porquanto, a mídia gerou uma polêmica que tomou proporções interessantes, chegando a polarizar inclusive atores importantes da imprensa nacional, da política e, como não poderia deixar de ser, do meio acadêmico.

Grandes nomes debateram a questão, cada um com suas teorias base. Para se entender a língua e suas variações e padronização é necessário permitir-se conhecer outros aspectos da língua padrão, inclusive sua arbitrariedade. A norma padrão também possui suas falhas, na tentativa de explicar o espetacular fenômeno da linguagem, da qual a língua é uma parte. Foi possível perceber que a grande proporção que tomou essa polêmica surgiu da falta de conhecimento e ignorância por parte de quem desconhece as teorias que circundam a linguística. No entanto, não há como negar a importância da Gramática Normativa e do papel que ela exerce em relação à padronização da Língua Portuguesa. Uma língua com tanta diversidade cultural, falada em regiões tão variadas quanto suas culturas, faz com que, se não houvesse uma gramática normativa, talvez ela se convertesse em uma série de dialetos. O livro traz a língua Portuguesa como uma apresentação de uma modalidade linguística diversa daquela contemplada pela “norma culta”. Não há como enganar a sociedade tentando criar um modismo de libertinagem linguística, pois a sociedade, por si, é discriminatória e irá valorizar aquele que pratica a língua dentro dos preceitos da Gramática Normativa. A autora, Heloísa Ramos, dá a oportunidade para que o professor de Língua Portuguesa possa mostrar essas variáveis e permitir ao aluno-cidadão escolher qual modalidade usar, de acordo com as circunstâncias que sua vida exigir.

O advogado Carlos Eduardo de Agostini Novaes, cronista, romancista, contista, dramaturgo brasileiro, escritor de 42 livros, os quais abordam, entre outros, temas ligados à política brasileira, ao cotidiano urbano, à vida conjugal e ao universo adolescente, sempre de forma crítica e bem-humorada, faz uma crítica à polêmica. Vejamos como as pessoas que estão autorizadas (elites econômicas, sociais e políticas) a utilizarem os meios de comunicação podem informar e esclarecer determinados assuntos ou alienar a massa popular deixando-a cada vez mais leiga.

## **Livros pra inguinorantes**

Jornal do Brasil - Carlos Eduardo Novaes

Confeço qui to morrendo de enveja da fessora Heloisa Ramos que escrevinhou um livro cheio de erros de Português e vendeu 485 mil ezemplares para o Minestério da Educassão. Eu dou um duro danado para não tropesssar na Gramática e nunca tive nenhum dos meus 42 livros comprados pelo Pograma Nacional do Livro Didático. Vai ver que é por isso: escrevo para quem sabe Portugues!

A fessora se ex-plica dizendo que privilegiou a linguagem horal sobre a escrevida. Só qui no meu modexto entender a linguagem horal é para sair pela boca e não para ser botada no papel. A palavra impreça deve obedecer o que manda a Gramática. Ou então a nossa língua vai virar um vale-tudo sem normas nem regras e agente nem precisamos ir a escola para aprender Português.

A fessora dice também que escreveu desse jeito para substituir a nossão de “certo e errado” pela de “adequado e inadequado”. Vai ver que quis livrar a cara do Lula que agora vive dando palestas e fala muita coisa inadequada. Só que a Gramatica eziste para encinar agente como falar e escrever corretamente no idioma portugues. A Gramática é uma espèce de Constituissão do idioma pátrio e para ela não existe essa coisa de adequado e inadequado. Ou você segue direitinho a Constituição ou você está fora da lei - como se diz? - magna.

Diante do pobrema um acessor do Minestério declarou que “o ministro Fernando Adade não faz análise dos livros didáticos”. E quem pediu a ele pra fazer? Ele é um homem muito ocupado, mas deve ter alguém que faça por ele e esse alguém com certesa só conhece a linguagem horal. O asceçor afirmou ainda que o Minestério não é dono da Verdade e o ministro seria um tirano se disseçe o que está certo e o que está errado. Que arjumento absurdo! Ele não tem que dizer nada. Tem é que ficar caladinho por causa que quem dis o que está certo é a Gramática. Até segunda ordem a Gramática é que é a dona da verdade e o Minestério que é da Educassão deve ser o primeiro a respeitar.

\* <http://jornalcorreiojurunense.blogspot.com.br/2011/06/livros-pra-inguinorantes-por-carlos.html>

O texto trata o caso de forma irônica, caracterizando o papel negativo da imprensa. Sabendo-se que é conferida ao jornalista a possibilidade de ser um lapidador da palavra, este por sua vez na maioria das vezes não a faz. Quando se trabalha exclusivamente com fatos bombásticos, o imediatismo faz-se presente e cria-se o que podemos chamar de jornalismo frívolo, que vive e se sustenta da desgraça e das banalidades que fazem parte do cotidiano. A população é levada a vivenciar o processo catártico, no qual extravasa seu sucesso, ou sua tragédia pessoal, evidencia um fato ou o banaliza.

Após tanta polêmica que durou meses, passando-se pouco mais de um ano do ocorrido, ainda comenta-se sobre o assunto, não na mesma proporção. Quem debate o assunto atualmente são, principalmente, as autoridades políticas que demonstram um intuito de “resolver” o problema que foi gerado. Foi lançado um projeto de Lei em Minas Gerais do Deputado Bruno Siqueira (PMDB) que “proíbe a distribuição, na rede de ensino pública e privada do Estado de Minas Gerais, de qualquer livro que contrarie a norma culta da Língua Portuguesa.” Mas, será que o livro, destinado a jovens e

adultos que não tiveram a oportunidade de estudar no período adequado e aprenderam a gramática em seu uso, contraria a norma culta? A mídia já organizou e publicou a opinião que a massa deveria adotar como verdadeiras.

## 2. E O QUE DIZEM OS ESPECIALISTAS?

As escolas e professores são orientados a utilizarem, entre outros documentos, os “Parâmetros Curriculares Nacionais”, elaborados pelo Ministério da Educação, com a colaboração de especialistas de universidades, representantes de secretarias de educação e professores. Para Bortoni-Ricardo,

(...) a função da escola, no processo de aquisição da linguagem, não é ensinar o vernáculo, pois este os alunos já trazem consigo ao iniciar sua escolarização, pois o adquirem na sua rede primária de relações da família e vizinhos. A função da escola é justamente desenvolver outras variedades que se vão acrescer ao vernáculo básico. (BORTONI-RICARDO, 2002, p. 345)

O ensino da Língua Portuguesa no ensino fundamental, segundo o documento, tem o objetivo de que os alunos adquiram progressivamente uma competência em relação à linguagem que lhes possibilitem resolver problemas da vida cotidiana, ter acesso aos bens culturais e alcançar a participação plena no mundo letrado, sendo capazes de apresentar, entre outros comportamentos, os seguintes:

- Utilizar diferentes registros, inclusive os mais formais da variedade linguística valorizada socialmente, sabendo adequá-los às circunstâncias da situação comunicativa de que participam;
- Conhecer e respeitar as diferentes variedades linguísticas do português falado;
- Compreender os textos orais e escritos com os quais se defrontam em diferentes situações de participação social, interpretando-os corretamente e inferindo as intenções de quem os produz;
- Conhecer e analisar criticamente os usos da língua como veículo de valores e preconceitos de classe, credo, gênero ou etnia.

Vê-se, assim, que a utilização e o conhecimento das variedades linguísticas, assim como o respeito por elas é um dos objetivos do ensino da língua portuguesa expresso em um documento que deve servir como orientação para os autores de livros didáticos, professores e demais profissionais da educação.

De acordo com o linguísta Marcos Bagno:

Enquanto não se reconhecer a especificidade do português brasileiro dentro do conjunto de línguas derivadas do português quinhentista transplantadas para as colônias, enquanto não se reconhecer que o **português brasileiro** é uma língua em si, com gramática própria, diferente da do português europeu, teremos de conviver com essas situações no mínimo patéticas. (...) Darwin nunca disse em nenhum lugar de seus escritos que “o homem vem do macaco”. Ele disse, sim,

que humanos e demais primatas deviam ter se originado de um ancestral comum. Mas essa visão mais sofisticada não interessava ao fundamentalismo religioso que precisava de um lema distorcido como “o homem vem do macaco” para empreender sua campanha obscurantista, que permanece em voga até hoje (...). Da mesma forma, nenhum linguista sério, brasileiro ou estrangeiro, jamais disse ou escreveu que os estudantes usuários de variedades linguísticas mais distantes das normas urbanas de prestígio deveriam permanecer ali, fechados em sua comunidade, em sua cultura e em sua língua. O que esses profissionais vêm tentando fazer as pessoas entenderem é que defender uma coisa não significa automaticamente combater a outra. Defender o respeito à variedade linguística dos estudantes **não significa** que não cabe à escola introduzi-los ao mundo da cultura letrada e aos discursos que ela aciona. **Cabe à escola ensinar aos alunos o que eles não sabem!** Parece óbvio, mas é preciso repetir isso a todo o momento. (<http://www.cartacapital.com.br/politica/polemica-ou-ignorancia/>)

Bagno defende como o livro, na visão de um lingüista, trabalha de forma coerente a variação linguística. Freitag explica que “a língua, como objeto social, está em uso. E, por estar em uso, está sujeita a constantes modificações. Para Hopper (1987), a gramática é emergente e por isso as estruturas lingüísticas não podem ser aprioristicamente definidas, nem fixas.” (FREITAG, p. 116, 2003).

Os especialistas da área da lingüística explicam que a fala, ao contrário da língua, por se constituir de atos individuais, torna-se múltipla, imprevisível, irreduzível a uma pauta sistemática. Os atos linguísticos individuais são ilimitados, não formando um sistema. Os fatos linguísticos sociais, bem diferentemente, formam um sistema, pela sua própria natureza homogênea. Vale ressaltar, no entanto, que tanto o funcionamento quanto a exploração da faculdade da linguagem estão intimamente ligados às implicações mútuas existentes entre os elementos língua (virtualidade) e fala (realidade). Freitag afirma, também, que

O imperativo econômico, sem dúvida, é o vilão da educação. Para que investir em estudos sociolinguísticos regionais para o ensino de língua materna? É muito mais barato fazer um material único, planejado, genérico, impondo *uma* variedade linguística em detrimento das demais. Daí a importância de professores nas séries iniciais bem formados, com uma base linguística sólida, conhecimentos sociolinguísticos e que sejam estimulados a pensar em soluções locais para problemas globais. (FREITAG, P. 229 e 230, 2010).

A falta do conhecimento linguístico da massa popular e a falta de capacitação dos profissionais da área, tanto na área das Letras como na comunicação, fez com que a polêmica fosse gerada. As desigualdades sociais e culturais sempre foram influenciadoras para o surgimento do preconceito linguístico. O livro exemplifica fatos correntes do uso da língua e explica a lógica linguística, podendo assim se dizer, para que seu uso não seja discriminado e que o aluno possa respeitar as variedades existentes, e comprovadas, da língua. Vejamos a passagem do livro responsável pela repercussão.

Alguns insetos provocam doenças, às vezes, fatais à população ribeirinha.

insetos (masculino, plural) ← alguns (masculino, plural)

doenças (feminino, plural) ← fatais (feminino, plural)

população (feminino, singular) ← ribeirinha (feminino, singular)

As palavras centrais (insetos, doenças, população) são acompanhadas por outras que esclarecem algo sobre elas. As palavras acompanhantes são escritas no mesmo gênero (masculino/feminino) e no mesmo número (singular/plural) que as palavras centrais.

Essa relação ocorre na norma culta. Muitas vezes, na norma popular, a concordância acontece de maneira diferente. Veja:

Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado.

livro (masculino, singular) →

os (masculino, plural)  
ilustrado (masculino, singular)  
interessante (masculino, singular)  
emprestado (masculino, singular)

Você acha que o autor dessa frase se refere a um livro ou a mais de um livro? Vejamos:

O fato de haver a palavra os (plural) indica que se trata de mais de um livro. Na variedade popular, basta que esse primeiro termo esteja no plural para indicar mais de um referente. Reescrevendo a frase no padrão da norma culta, teremos:

Os livros ilustrados mais interessantes estão emprestados.

Você pode estar se perguntando: "Mas eu posso falar 'os livro?'"

Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de **preconceito linguístico**. Muita gente diz o que se deve e o que não se deve falar e escrever, tomando as regras estabelecidas para a norma culta como padrão de correção de todas as formas linguísticas. O falante, portanto, tem de ser capaz de usar a variante adequada da língua para cada ocasião.

Existe outro tipo de concordância: a que envolve o verbo. Observe seu funcionamento:

Na norma culta, o verbo concorda, ao mesmo tempo, em número (singular/plural) e em pessoa (1.ª/2.ª/3.ª) com o ser envolvido na ação que ele indica.

O menino pegou o peixe.  
menino → singular  
pegou → singular

Os meninos pegaram o peixe.  
meninos → plural  
pegaram → plural

O menino pegou o peixe.  
menino → 3.ª pessoa  
pegou → 3.ª pessoa

Eu peguei o peixe.  
eu → 1.ª pessoa  
peguei → 1.ª pessoa

Na variedade popular, contudo, é comum a concordância funcionar de outra forma. Há ocorrências como:

Nós pega o peixe.

nós → 1.ª pessoa, plural  
pega → 3.ª pessoa, singular

Os menino pega o peixe.

menino → 3.ª pessoa, ideia de plural (por causa do "os")  
pega → 3.ª pessoa, singular

Nos dois exemplos, apesar de o verbo estar no singular, quem ouve a frase sabe que há mais de uma pessoa envolvida na ação de pegar o peixe. Mais uma vez, é importante que o falante de português domine as duas variedades e escolha a que julgar adequada à sua situação de fala.

**Observação:** Quando se refere à concordância, a palavra *pessoa* não tem o sentido de ser humano. Nesse contexto, *pessoa* refere-se aos envolvidos no ato de fala, que não precisam ser indivíduos. Existe aquele que fala (1.ª pessoa), aquele com quem se fala (2.ª pessoa) e aquele de quem se fala (3.ª pessoa). Exemplos:  
Não vi sua revista, mãe.  
(1.ª pessoa: o filho; 2.ª pessoa: a mãe; 3.ª pessoa: a revista).  
Mas eu a deixei aqui!  
(1.ª pessoa: a mãe; 2.ª pessoa: o filho; 3.ª pessoa: a revista)

Diante do exposto até o presente é perceptível o equívoco da imprensa. Para falar, explicar ou argumentar qualquer que seja o assunto é necessário, no mínimo, uma pesquisa fundamentada e comparada, o que não foi feito pelos intercessores da comunicação. O que, neste caso, aconteceu de fato foi uma análise rápida e preconceituosa de uma única página das 107 que constam no livro. O Ministério da Educação defendeu a escolha do livro e o ministro Fernando Haddad insistiu na afirmação de que os "críticos" não leram a obra, lamentando as posições adotadas e considerando que "criticar uma obra sem ler é uma postura fascista". Posteriormente, em audiência na Comissão de Educação do Senado, tendo sido interpelado pelo Senador

Álvaro Dias dizendo que até o ditador soviético Josef Stálin defendia a norma culta, o ministro respondeu que há uma diferença entre o Hitler e o Stálin. Ambos fuzilavam seus inimigos, mas o Stálin lia os livros antes de fuzilá-los. Estamos vivendo, portanto, uma pequena involução, estamos saindo de uma situação stalinista e agora adotando uma postura mais de viés fascista, que é criticar um livro sem ler.

Num texto escrito por Sírio Possenti para o caderno *Aliás* (Estadão, 22/05), chegou a dizer que o capítulo do livro em questão era conservador. Possenti não conseguiu compreender a origem da estrondosa reação do todo. O professor Pasquale, conhecido por seguir as regras da gramática normativa, ministrou centenas de aulas do mesmo tipo na TV Cultura e não houve nenhuma repercussão, sem diferença alguma de fundo, portanto. Existe uma possibilidade da palavra geradora de tal situação ter sido a utilização do verbo “PODER”, a elite não permite à massa adquirir esse poder.

### 3. O DESFECHO DA POLÊMICA

Em 1º de julho, a Ação Educativa publicou um artigo com o título "Ministério Público freia obscurantismo e arquiva processo", informando sobre o arquivamento do inquérito civil instaurado pelo Ministério Público Federal da Procuradoria da República do Distrito Federal questionando o uso de erros gramaticais no livro Por uma Vida Melhor. Para o procurador da República no Distrito Federal, Peterson de Paula Pereira, "não há elementos plausíveis indicativos de que o livro "Por uma Vida Melhor" esteja a propagar o ensino errado da língua portuguesa", argumentando, ainda que:

O estudo do comportamento da língua, pelo contrário, reafirma o papel social do Estado em fomentar o respeito à dignidade da pessoa humana e afastar preconceitos, entre os quais o linguístico, que, como comprovado pelas recentes publicações jornalísticas, infelizmente ainda existe no nosso meio (AÇÃO EDUCATIVA, 2011).

A Ação Educativa justificou em cinco tópicos a legalidade da adoção do livro da coleção “Por uma vida Melhor”, um deles explica que o livro

(...) faz parte do Programa Nacional do Livro Didático e está plenamente de acordo com o que está proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais para a língua portuguesa, publicados em 1997. Por meio do PNLD, o MEC promove a avaliação de dezenas de obras apresentadas por editoras, submete-as à avaliação de especialistas e depois oferece as aprovadas para que secretarias de educação e professores façam suas escolhas. O livro produzido pela Ação Educativa foi submetido a todas essas regras e escolhido, pois se adequa aos parâmetros curriculares do Ministério e aos mais avançados parâmetros da educação linguística. (AÇÃO EDUCATIVA, 2011).

Após a defesa de inúmeros especialistas e do poder judiciário de que o livro encontra-se em conformidade com os padrões exigidos, conclui-se que a imprensa não utilizou o seu verdadeiro papel de informar, muito pelo contrário utilizou os diversos meios para polemizar e formar a opinião de todos os que têm acesso a esses meios.



Passado-se um ano e alguns meses após o episódio, pouco é falado sobre o assunto, mas o que será que os professores e alunos que estão nesse período fazendo o uso desse livro constataram de melhorias? Quais as dificuldades enfrentadas? E o preconceito, ficou mais esclarecido?

### 3.1 O USO DO LIVRO.

Pouco é falado hoje sobre o tema. A imprensa não mais se manifesta, a massa popular encontra-se em esquecimento do assunto, que em 2011 tomou uma proporção enorme. É característica da imprensa levar a população ao esquecimento substituindo um fato polêmico por outro, e assim sucessivamente. Os únicos relatos possíveis são através de entrevistas e pesquisas de campo com as pessoas diretamente ligadas ao livro, as quais sempre foram o público alvo. Desta forma, foram entrevistados alunos e professores da EJA que, em geral, relataram uma sensível melhora no ensino. Segundo os entrevistados o livro é normativo, mas traz uma contextualização do conteúdo que facilita o entendimento, como explica uma aluna do programa Clara Santos Dias: “Há uma aproximação da nossa realidade, e como já temos uma maturidade um pouco maior do que a de uma criança, conseguimos diferenciar os lugares que podemos adequar melhor as nossas falas.” A melhora já pode ser percebida quando a aluna utiliza o termo “adequar”. A consciência surge a partir do momento que se dá oportunidades de se conhecer o desconhecido (possa ser que tenha sido esse o medo do topo da pirâmide).

Segundo a professora do programa Alice Zulmira da Costa, os objetivos de se ensinar língua portuguesa é “criar condições para que o aluno desenvolva sua competência comunicativa, discursiva, sua capacidade de utilizar a língua de modo variado e adequado ao contexto, às diferentes situações sociais, interessando-se em ampliar seus recursos expressivos, seu domínio da língua padrão em suas modalidades orais e escritas. É necessário também fortalecer nos jovens e adultos a importância de saber ouvir o outro, desenvolvendo o respeito mútuo e desenvolver sua capacidade de interação.”

A cerca do preconceito linguístico, base de toda a polêmica e repercussão, existem pessoas, vale salientar, leigas, desprovidas de conhecimentos técnicos, que afirmam que linguista “aceita” tudo, o que não é uma verdade. É duvidoso que alguém encontre esta afirmação em qualquer texto linguístico. O termo “aceitar” é desprovido de sentido quando se trata de pesquisa, pesquisa é feita de fatos, fatos estes comprovados por outras pesquisas. Não se trata de aceitar ou de achar errado, o papel do linguista é buscar uma regularidade no dito, não uma ordem ou uma regra que seja padronizada e fixa. Em nota enviada pelo ministério, a autora Heloisa Ramos diz que “o importante é chamar a atenção para o fato de que a ideia de correto e incorreto no uso da língua deve ser substituída pela ideia de uso da língua adequado e inadequado, dependendo da situação comunicativa”. A gramática tradicional continua muito usada nas mais variadas práticas de ensino que variam muito de região, de escola e até de professor, de acordo com as normas pedagógicas adotadas, mas que hoje já estão menos rígidas, e o Ministério da Educação têm feito esforços para provocar uma reflexão sobre os temas relativos à ética, para que se adote uma postura mais flexível no ensino da escrita e da língua padrão.

## CONCLUSÃO

Muito tem se falado na distinção existente entre a chamada grande imprensa caracterizada como séria, formadora de opinião e a pequena imprensa, que apela para aspectos popularescos, manipulando os leitores, divulgando informações sensacionalistas. Se o aspecto crítico é característica da primeira, parece correto afirmar que a função apelativa é atributo da segunda. A tarefa jornalística exige a conscientização da extensão das mensagens veiculadas, para que não haja uma banalização do alcance da intervenção da imprensa na sociedade. Portanto, um dos grandes desafios da imprensa é buscar com precisão o direito à informação, divulgando assuntos, cujo enfoque particular, seja significativo para a formação da opinião pública. É esperável, portanto, que aquela pautadora da mídia, a imprensa, compreenda seu papel social e aceite submeter-se a uma única e plausível exigência: equilíbrio. Ao decidir tender para algum lado, a imprensa rouba o direito da sociedade de decidir, com base em análise equilibrada, que para sê-la prescinde de informações equilibradas que lhe deem acesso a ambos os lados de todas as questões.

O grande problema da imprensa nesse caso está ligado diretamente à conferência do *poder* aos falantes das variedades estigmatizadas, o fantasma que paira no inconsciente de muitos dos defensores dos interesses da pequena oligarquia e, sem dúvida, no consciente daqueles que fazem essa defesa do modo mais autoritário e, como se viu, ignorante. É importante que seja esclarecido não só o verdadeiro papel da imprensa, mas também da importância de se entender e pesquisar em fontes seguras a veracidade dos assuntos abordados. Sobre o livro, conclui-se que

Muitas pessoas pensam que, quanto mais parecido ou próximo do português de Portugal for o nosso modo de falar, mais “correto”, “nobre” ou “puro” ele seria. Esse é um grande engano. Em primeiro lugar, é preciso lembrar que o português é derivado do **latim vulgar**, isto é, do latim falado *pelo povo*, pelos soldados romanos que dominaram a península Ibérica, onde fica Portugal. Em segundo lugar, é muito difícil determinar o que é certo e o que é errado em uma língua, especialmente quando se trata de fala. Veja por quê: há certas palavras — como *fruta*, por exemplo — que são usadas pelos falantes de classe social baixa, pelos que não puderam estudar ou em regiões do interior do Brasil. Quem a considera “errada” por esse motivo, alegando que o “certo” é *fruta*, provavelmente não sabe que a forma *fruta* existia no português arcaico, de Portugal, como apareceu no texto de Gandavo. Para quem acha que, quanto mais antiga a palavra, mais correta, a forma *fruta* deveria ser considerada “mais correta” que *fruta*. Em outras palavras, nem sempre é possível saber se a variação da língua é **histórica** (isto é, determinada pelo tempo) ou **social** (determinada pela classe social e/ou escolaridade do locutor) ou ainda **regional** (determinada pela região em que se vive). O verdadeiro problema em torno dessa questão é que muitas pessoas nem pensam no assunto e sempre consideram “errado” um modo de falar diferente do seu próprio. Nesse sentido, parecem-se com o europeu. (Garcia e Amoroso, 2008, v.8: 44)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÇÃO EDUCATIVA. 2011. Disponível em:

<http://www.acaoeducativa.org.br/portal/images/stories/pdfs/dossie%20>

BAGNO, Marcos (2001). *Português ou Brasileiro? (um convite à pesquisa)*. São Paulo: Parábola Editorial.

\_\_\_\_\_ (2003). *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Parábola Editorial.

\_\_\_\_\_ (2011). *A língua, a mídia & a ordem do discurso*. Universidade de Brasília. Disponível em: <http://www.marcosbagnos.com.br/site/uploads/lingua-midia-ordem.pdf>

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática brasileira*. Rio de Janeiro: Lucena, 1999.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris (2002). *Um modelo para a análise sociolinguística do português do Brasil*. In: BAGNO, Marcos (Org.). *LINGÜÍSTICA DA NORMA*. São Paulo: Loyola, p. 333-350.

\_\_\_\_\_ (2004). *Educação em Língua Materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola.

BOURDIEU, Pierre. (1997), *Méditations pascaliennes*. Paris, Seuil

FREITAG, Raquel Meister. *O papel da frequência de uso na gramaticalização de acho (que) e parece (que) marcadores de dúvida na fala de Florianópolis*. (UFSC) VEREDAS - Rev. Est. Ling., Juiz de Fora, v.7, n.1 e n.2, p.113-132, jan./dez. 2003.

\_\_\_\_\_ (2010). *Alfabetização, fracasso escolar: pacotes educacionais são a solução?* REVISTA ENTRE LETRAS; Revista do Curso de Mestrado em Ensino de Língua e Literatura da UFT – nº 1 – 2010/II.

GARCIA, Ana Luíza M. & Amoroso, Maria Betânia. *Olhe a língua!* São Paulo: FTD, 2008.

LUCCHESI, Dante. *Ciência ou dogma? O caso do livro do MEC e o ensino de língua portuguesa no Brasil*. Revista letras, Curitiba, n. 83, p. 163 – 187 jan./jun. 2011. Editora UFPR. ISSN 0100-0888 (versão impressa); 2236-0999 9 (Versão eletrônica).

MACIEL, M. *Grammatica Descriptiva*. São Paulo: Francisco Alves & Cia, 1914, 5.ª ed. (1887).

POSSENTI, Sírio. *Linguistas e mídia: um episódio exemplar*. Revista letras, Curitiba, n. 83, p. 1 89-202, jan./jun. 2011. Editora UFPR. ISSN 01 00-0888 (versão impressa); 2236-0999 (versão eletrônica).

SANTARENO, S. L. *Mídia e opinião pública*. Disponível em: [http://www.jesocarneiro.com.br/artigos/midia-e-opiniao-publica/15\\_10\\_2007/](http://www.jesocarneiro.com.br/artigos/midia-e-opiniao-publica/15_10_2007/).